

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA**

**DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA**

**DE 15 DE MAIO DE 2020**

**continuada em 22 de maio de 2020**

**N.º 2/2020/AM**

**DATA:** Décimo quinto dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte.-----

**HORA:** Vinte horas e vinte cinco minutos.-----

**LOCAL:** Salão Nobre dos Paços do Concelho.-----

**O PRESIDENTE:** Manuel Miguel Pinheiro Paiva (CDS/PP); -----

**1º SECRETÁRIO:** Nuno Miguel Pinheiro da Costa (CDS/PP);-----

**2º SECRETÁRIO:** Susana Marisa de Almeida Cunha da Silva (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, Henrique da Silva Dias (CDS/PP);-----

- Deputada Municipal, Filomena Maria Soares de Almeida Moreira (CDS/PP); -----

- Deputado Municipal, José António Abrantes Soares de Almeida (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, Albano de Oliveira Braga (Independente);-----

- Deputada Municipal, Rita Alexandra Alves Casal (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, Hugo Martins Rodrigues de Sousa (CDS/PP), por  
videoconferência;-----

- Deputado Municipal, José do Nascimento Peres (CDS/PP);-----

- Deputada Municipal, Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, José Augusto Tavares Ferreira (CDS/PP), por  
videoconferência;-----

- Deputada Municipal, Sara Campos Bastos (CDS/PP); por videoconferência; -----

- Deputado Municipal, Diogo Filipe Tavares de Bastos (CDS/PP); por  
videoconferência;-----

- Deputado Municipal, António Augusto de Pinho Soares de Almeida (PSD), por videoconferência;-----
- Deputado Municipal, António Santos Sousa (PSD);-----
- Deputada Municipal, Adriana Helena Silva Rodrigues (PSD); por videoconferência;-----
- Deputado Municipal, Joaquim Alexandre Mendes de Pinho da Cruz (PSD); por videoconferência;-----
- Deputado Municipal, Albino Luís Soares de Almeida (PS);-----
- Deputada Municipal, Ana Maria da Silva (PS);-----
- Arménio Tavares Lige, Presidente da Junta de Freguesia de Arões (CDS/PP);----
- Nelson Fernandes de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos (CDS/PP); por videoconferência;-----
- Henrique Martins Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira, (CDS/PP);-----
- João Pedro Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra (PS);-----
- António Luís Martins da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Rôge (CDS/PP);-----
- Sérgio Miguel Santos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões (CDS/PP);-----
- Manuel Correia de Campos, Presidente da União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho (CDS/PP).-----

**AUSÊNCIAS:**-----

- Deputado Municipal, Ricardo Jorge da Costa Oliveira (CDS/PP);-----

**Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro,** esteve presente em representação da Câmara Municipal, o seu Presidente José Alberto Freitas Soares Pinheiro e

Silva. Estiveram também presentes os vereadores em regime de permanência António Alberto Almeida de Matos Gomes, Maria Catarina Lopes Paiva (vídeoconferencia), Daniela Sofia Paiva da Silva e José Alexandre Coutinho Bastos de Pinho (por videoconferência), e ainda os vereadores em regime de não permanência José Pedro Vieira de Almeida e Nelson da Silva Martins.-----

**- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----**

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva,** declarou aberta a sessão, dando as boas vindas a todos os presentes.-----

**a) INFORMAÇÕES DIVERSAS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 19.º**

**DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: O Senhor Presidente informou** que a sessão conta com a presença física de dezanove Membros da Assembleia Municipal e a participação por videoconferência de oito dos seus Membros. -----

Mais informou que, para a realização da presente sessão estão a ser observadas todas as normas de segurança recomendadas pelas autoridades sanitárias, a cuja auscultação procedeu, em razão do que foi estabelecido um espaço de segurança mínimo de dois metros entre as pessoas. Todo o espaço foi desinfetado. Sendo obrigatório o uso de máscara quando em circulação. De um modo geral, dá-se cumprimento a tudo quanto, nesse particular é aconselhado. -----

Deu ainda conta da correspondência recebida, informando que a mesma se encontra arquivada em pasta própria, que exibiu e disse estar à disposição de qualquer Membro da Assembleia Municipal que a queira consultar. -----

**b) APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 20 DE FEVEREIRO**

**DE 2020:** Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi posta à votação a ata da sessão ordinária de 20 de fevereiro de 2020, tendo começado pelas pessoas presentes na sala, onde se registaram dezoito votos a favor e uma abstenção, do Senhor Deputado Municipal José do Nascimento Peres. Passou

depois à votação dos Membros da Assembleia Municipal que participavam por videoconferência, que chamou nominalmente, tendo-se registado cinco votos favoráveis, dos Senhores Deputados Municipais Hugo Martins Rodrigues de Sousa, José Augusto Tavares Ferreira, Adriana Helena Silva Rodrigues, Joaquim Alexandre Mendes de Pinho da Cruz e Nelson Fernandes de Almeida (Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos). Em razão disso, a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 20 de fevereiro foi aprovada por maioria de vinte e três votos favoráveis e uma abstenção. Mais se consigna não ter sido possível estabelecer contacto, no momento da votação, com os Senhores Deputados Municipais Sara Campos Bastos, Diogo Filipe Tavares Bastos e António Augusto de Pinho Soares de Almeida.-----

**c) PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA: Foi dada a palavra ao Senhor**

**Deputado Municipal Nuno Miguel Pinheiro da Costa**, que fez menção ao facto do Senhor Deputado Municipal António Augusto Almeida se ter referido, na sessão de 20 de fevereiro, à Comissão de Acompanhamento de Revisão do PDM e a uma reunião onde o interveniente teria proferido expressões que este afirma não ter utilizado. Esclareceu que o que então disse foi que muito pouco poderíamos fazer ao nível da nossa participação tendo em conta as regras e a preponderância que os organismos como a RAN e o ICNF têm nestas matérias, pelo que a expressão “poder instalado” é inadequada e jamais foi por si utilizada- -

**O Senhor Deputado Municipal Albino Luís Soares de Almeida**, a quem de seguida foi concedida a palavra, discorreu acerca da situação e estados de emergência e calamidade declarados, informando que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal falara consigo no dia 27 de março sobre a necessidade de adiar a sessão da AM, com o que concordou caso não existissem assuntos que tivessem de ser submetidos à apreciação em prazo incompatível com tal

protelamento.-----

No dia 11 de abril o Senhor Presidente da Assembleia Municipal enviou uma carta à Senhora Ministra da Saúde, em nome da AM, com cujo conteúdo não concorda e considera grave. Desde logo, se é uma carta enviada em nome da AM devia ter sido dado prévio conhecimento do seu conteúdo aos Membros da Assembleia. Ninguém passou um cheque em branco ao Senhor Presidente. Depois, é inadequado que, quando estamos todos numa situação de alerta e incerteza, num estado de calamidade, ou de guerra como muitos lhe chamam, que alterou radicalmente as nossas vidas, o Senhor Presidente envie uma carta que, no fundo, está a bater em quem nos está a salvar. -----

O Senhor Deputado Municipal Albino Almeida saudou o trabalho desenvolvido pela Senhora Ministra da Saúde, Dr<sup>a</sup> Marta Temido, conjuntamente com a Diretora Geral de Saúde, Dr<sup>a</sup> Graça Freitas, designadamente na divulgação das medidas sanitárias, organização das atividades económicas, montagem de hospitais, distribuição de máscaras, desinfetantes, ventiladores, testes e viseiras. Ora, é quando estão todos a lutar que a carta do Senhor Presidente da Assembleia Municipal surge a reclamar pela não divulgação dos dados, ignorando as dificuldades, que de todos são conhecidas. Considerou ainda que as palavras utilizadas na referida carta não foram corretas e não vê qual a razão por que o Ministério iria ocultar resultados, fossem eles quais fossem, perguntando o que é que poderia mudar, ou melhorar, se os dados estivessem disponíveis. -----

Discordando da carta e da menção constante da mesma aos “regimes ditatoriais”, que considera despropositada, o Senhor Deputado Municipal Albino Almeida afirmou ter ficado indignado com a carta, considerando não ser essa a forma adequada de obter qualquer informação da Senhora Ministra. -----

Recordou de seguida que toda a oposição desta Assembleia é unânime e contesta a referida posição do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e daí

a carta aberta que no entretanto foi divulgada. Quanto à sua resposta a essa carta aberta, “não merece o meu comentário”. Lamentando que tenha citado Albert Einstein, concluiu com um ditado popular: “Para quem não sabe para onde vai qualquer caminho serve.” -----

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** disse não comentar a intervenção antecedente mas que, não obstante, pretendia fazer um pequeno inciso unicamente para recordar que a carta era da sua autoria, não tendo qualquer propósito de corresponsabilizar quem quer que fosse, apenas tendo considerado pertinente, atenta a matéria versada, dar conhecimento do seu teor aos Senhores Membros da Assembleia Municipal.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento que o Senhor Deputado Municipal António Augusto de Pinho Soares de Almeida fizera chegar à Mesa um email a dizer que, uma vez que não conseguia participar ia impugnar a mesma. Mais informou que, no entretanto, já se tinha deslocado para casa dele, a fim de ajudar a resolver eventuais problemas de conexão, o técnico de informática e o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal. -----

**Foi concedida a palavra ao Senhor Deputado Municipal Albano de Oliveira Braga** que, tendo iniciado a sua intervenção, foi interrompido pelo cruzamento de comunicações, o que também ocorreu algumas vezes enquanto usava da palavra. Afirmou que, aquando da aprovação da ata de 20 de fevereiro, não ouvira as respostas dos Deputados Municipais Sara Campos, Ricardo Oliveira e António Augusto Almeida, perguntando como é que o Senhor Presidente ia fazer, referindo não saber as consequências jurídicas desta situação.-----

Manifestou concordância absoluta com as palavras proferidas pelo Senhor Deputado Municipal Albino Almeida, e insurgiu-se com o jornal “A Voz de Cambra” pelo facto de ter esperado que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal respondesse à “Carta Aberta”, de que eram um dos oito subscritores e, após isso,

apenas ter publicado excertos dessa mesma carta, mas já com o contraditório daquele. -----

Disse ter recebido no dia 20 de fevereiro uma carta do Senhor Vereador José Alexandre Coutinho Bastos de Pinho a responder a uma questão ambiental que colocara e a dizer que os inertes foram removidos, pelo que agora pergunta que inertes foram removidos. -----

Ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva, pergunta se a viatura 27-JP-36 está ao seu serviço ou se é a viatura que utiliza diariamente. -----

Questionou ainda se a Câmara Municipal tem um terreno ao lado da GNR e, caso a resposta seja positiva, se fez algum contrato de arrendamento relativamente ao mesmo dado que a propriedade está vedada com uma cerca elétrica e tem um curral de animais. O que se passa? -----

Disse não ter recebido ainda o parecer acerca da diferença entre a cedência do direito de superfície por cinquenta anos ou cinquenta anos mais um. -----

Referiu que, tendo a Câmara Municipal vendido parte do terreno junto ao Parque da Cidade para a construção do hotel e sabendo-se agora que este não se fará, se está prevista a reversão desse terreno nas mesmas condições. E qual o uso a dar futuramente a esse terreno. -----

À Senhora Vereadora Maria Catarina Lopes Paiva perguntou se, no atual quadro de pandemia, a Câmara Municipal tem algum diagnóstico social do concelho. -----

Perguntou, finalmente, se há autarcas a meio tempo e a tempo inteiro nas freguesias, quem são e qual a razão justificativa de tal decisão num quadro geral de diminuição da população. -----

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu que o Senhor Deputado Municipal Ricardo Jorge Oliveira, apesar de ter manifestado o propósito de participar na presente reunião por videoconferência, não o fez. **Pelo Senhor**

**Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro de Castelões, Sérgio Miguel Santos Soares**, foi prestada a informação de que o referido Membro da AM não conseguiu aceder à plataforma que possibilita a participação na reunião à distância. -----

**Acrescentou o Senhor Presidente** que o Senhor Deputado Municipal António Augusto de Pinho Soares de Almeida estando embora presente desde o início da reunião, por videoconferência, tem tido dificuldades na comunicação. -----

**Dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida** foi por este apresentada uma saudação a todos os profissionais de saúde, Bombeiros Voluntários, IPSS, Executivos autárquicos e a todos aqueles que têm estado na frente desta batalha contra o covid-19.-----

Manifestou-se solidário com a posição do Senhor Presidente da Assembleia Municipal vertida na carta endereçada à Senhora Ministra da Saúde. -----

**A Senhora Deputada Municipal Adriana Helena Silva Rodrigues**, numa intervenção por videoconferência, começou por manifestar a sua discordância pelo facto do Senhor Presidente da Câmara Municipal usar a sua página pessoal no *facebook* para informar e se dirigir aos Valecambrenses, quando há meios próprios da autarquia para esse efeito. -----

Continuando, expendeu a opinião de que a autarquia devia assumir um maior apoio à comunidade, nesta fase tão difícil, designadamente apoiando as crianças mais desfavorecidas que, sem aulas, deixaram de ter acesso a uma alimentação de qualidade, apoiando os idosos e as pessoas com deficiência, apoiando as famílias, onde se registam acentuadas quebras de rendimento, garantindo o direito à habitação e um serviço de proximidade que contribuísse para evitar situações dramáticas e de violência doméstica, entre outras. Mais se manifestou favorável a que a autarquia assegurasse a higienização dos espaços públicos, a proteção dos trabalhadores da autarquia, o funcionamento em segurança de



mercados e feiras e, de um modo geral, mobilizasse e protegesse a população, nomeadamente divulgando informação ampla e atualizada sobre medidas recomendadas e apoios sociais disponíveis.-----

Perguntou especificamente quais as medidas que a Câmara Municipal adotou com o intuito de mitigar as consequências da pandemia, não sem deixar uma mensagem de otimismo para o futuro. Concluiu desejando muita coragem ao Executivo manifestando a solidariedade da bancada onde se integra. -----

**Dando continuidade à reunião o Senhor Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao Senhor Deputado Municipal António Augusto de Pinho Soares de Almeida, que se havia inscrito para uma intervenção por videoconferência. Atendendo a dificuldades que não permitiam que a comunicação se fizesse com a necessária qualidade, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, Manuel Correia de Campos.-----

Registaram-se, no entretanto, algumas falhas nas comunicações com os Senhores Membros da Assembleia Municipal que participavam por videoconferência, o que se prolongou por cerca de cinco minutos. -----

**O Senhor Presidente da União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho**, afirmou ter consultado o Regimento da Assembleia da República e, aí, ter constatado que, para além do tempo atribuído a cada grupo parlamentar, uma deputada única dispunha apenas de um minuto para falar. Será que o Regimento da Assembleia da República está mal feito, questionou?-----

Manifestou incompreensão com o facto do governo, que restringe o número de participantes num funeral a três pessoas, permita as comemorações do 25 de abril com cento e tal pessoas.-----

Afirmou ser um democrata, a quem antes do 25 de abril até chamaram “comunista”, sem que soubesse bem o que era, e que defende que cada um deve

falar livremente do que entender. Não provoca quem quer que seja mas que também ninguém o manda estar calado. -----

Saudou o Senhor Presidente e todos os elementos da Câmara Municipal pelo empenho e bom trabalho desenvolvido até hoje. Foi dos primeiros a disponibilizar camas para doentes do covid-19, caso tal viesse a ser necessário; ajudou as Juntas de Freguesia na desinfeção das ruas; forneceu equipamentos às IPSSs, entre outros, mas não ouviu ninguém falar nisto. É frontal e, assim, não hesita em afirmar que alguém errou, quando assim acontece mas, do mesmo modo, tem de reconhecer o bom trabalho quando ele é realizado, tanto mais importante quanto, como neste caso, estão em causa vidas humanas. O que fizeram os Senhores que criticam e afirmam que a Câmara agiu mal, perguntou. -----

Concluiu incentivando o Senhor Presidente a dar continuidade ao trabalho que vem fazendo, pois ainda há muito para fazer, e expressou-lhe o seu apoio nessa tarefa. -----

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal**, de seguida, deu conta de ter recebido indicações de que os Senhores Membros da Assembleia Municipal que participam por videoconferência informaram que conseguem aceder e ouvir melhor o decurso dos trabalhos, mas, ainda assim, com alguma dificuldade.-----

**Concedeu então a palavra ao Senhor Deputado Municipal António Augusto de Pinho Soares de Almeida**, não tendo, porém, sido possível estabelecer a ligação. -----

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal** suspendeu a reunião por dez minutos, a fim de equacionar a melhor solução para os problemas que estavam a ocorrer, solicitando às pessoas, presentes na sala ou a participar por videoconferência, que não se ausentassem dos seus lugares. -----

**Retomados os trabalhos informou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva**, que reunira com a Mesa, os

Representantes das bancadas e o Senhor Presidente da Câmara Municipal tendo sido unânime a opinião de que, ante a manifesta ausência de condições técnicas para assegurar a participação por videoconferência dos Senhores Membros da Assembleia Municipal que o pretendiam fazer, designadamente por constantes cortes no som e na imagem, e difícil perceção das comunicações, a sessão devia ser suspensa. Em conformidade com isso, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou suspensa a Sessão, tendo logo designado para continuação da mesma o dia 22 de maio, no Centro Cultural de Macieira de Cambra, facto de que todos foram notificados-----

#### **CONTINUIDADE DA SESSÃO – REUNIÃO DE 22 DE MAIO DE 2020**

##### **CENTRO CULTURAL DE MACIEIRA DE CAMBRA**

A sessão foi retomada pelas vinte horas e seis minutos do dia 22 de maio, com as seguintes presenças:-----

**O PRESIDENTE:** Manuel Miguel Pinheiro Paiva (CDS/PP); -----

**1º SECRETÁRIO:** Nuno Miguel Pinheiro da Costa (CDS/PP);-----

**2º SECRETÁRIO:** Susana Marisa de Almeida Cunha da Silva (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, Henrique da Silva Dias (CDS/PP);-----

- Deputada Municipal, Filomena Maria Soares de Almeida Moreira (CDS/PP); -----

- Deputado Municipal, José António Abrantes Soares de Almeida (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, Albano de Oliveira Braga (Independente);-----

- Deputada Municipal, Rita Alexandra Alves Casal (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, Hugo Martins Rodrigues de Sousa (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, José do Nascimento Peres (CDS/PP);-----

- Deputada Municipal, Paula Cristina Soares de Oliveira Pedro (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, José Augusto Tavares Ferreira (CDS/PP);-----

- Deputada Municipal, Sara Campos Bastos (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, Ricardo Jorge da Costa Oliveira (CDS/PP);-----

- Deputado Municipal, Albino Luís Soares de Almeida (PS);-----
- Deputada Municipal, Ana Maria da Silva (PS);-----
- Arménio Tavares Lige, Presidente da Junta de Freguesia de Arões (CDS/PP);----
- Nelson Fernandes de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Cepelos (CDS/PP);-----
- Henrique Martins Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Junqueira (CDS/PP);-----
- João Pedro Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra (PS);-----
- António Luís Martins da Costa, Presidente da Junta de Freguesia de Rôge (CDS/PP);-----
- Sérgio Miguel Santos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões (CDS/PP);-----
- Manuel Campos, Presidentes da União das Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho (CDS/PP).-----

**AUSÊNCIAS:** -----

- Deputado Municipal, António Augusto de Pinho Soares de Almeida (PSD), de que previamente deu conhecimento por comunicação de 22.05.2020.-----
- Deputado Municipal, António Santos Sousa (PSD);-----
- Deputada Municipal, Adriana Helena Silva Rodrigues (PSD);-----
- Deputado Municipal, Joaquim Alexandre Mendes de Pinho da Cruz (PSD);-----
- Deputado Municipal, Diogo Filipe Tavares de Bastos (CDS/PP). -----

**Nos termos do disposto no artigo 48.º da Lei 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro,** esteve presente em representação da Câmara Municipal, o seu Presidente José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva. Estiveram também presentes os vereadores em regime de permanência António Alberto Almeida de Matos Gomes, Daniela Sofia Paiva da Silva e José

Alexandre Coutinho Bastos de Pinho, e ainda os vereadores em regime de não permanência José Pedro Vieira de Almeida e Nelson da Silva Martins.-----

**O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva,** agradeceu a presença de todos e informou terem sido tomadas todas as medidas de segurança que possibilitam a realização da reunião, tendo informado que, entre outros, todo o anfiteatro e zonas de acesso foram desinfetados duas vezes, em dias consecutivos, colocados pontos de desinfeção, assegurado o afastamento recomendado, bem como a desinfeção dos microfones após cada utilização.-----

Informou ainda ter recebido três comunicações por email, duas das quais davam conta da impossibilidade de estarem hoje presentes nesta reunião, por razões de saúde, pedindo que lhes fosse assegurada a participação por videoconferência, ao que foi respondido não dispormos de condições técnicas adequadas para o efeito como, de resto, ficou bem evidente na primeira reunião desta mesma sessão. A outra das comunicações, da Senhora Deputada Municipal Adriana Helena Silva Rodrigues, informava que à mesma hora desta reunião tinha uma participação numa outra jornada, de âmbito profissional ou académico, pelo que só viria quando tal lhe fosse possível, ao que foi respondido que isso seria atendível, nas atuais circunstâncias.-----

Retomou então a ordem de trabalhos, no ponto em que a reunião fora suspensa, a saber, a alínea c), do Período de Antes da Ordem do Dia:-----

**c) PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA,** tendo informado que a Mesa registava duas inscrições da reunião antecedente, dos Senhores Deputados Municipais António Augusto de Pinho Soares de Almeida e Albano de Oliveira Braga. Acrescentou que, apesar do tempo regimentalmente destinado a este ponto estar praticamente esgotado, mas atendendo a que houve muitas

interrupções a Mesa aceita novas inscrições que, porventura, ainda pretendam intervir. Após isso, e considerando que o Senhor Deputado Municipal António Augusto de Pinho Soares de Almeida não se encontra presente, **concedeu a palavra ao Senhor Deputado Municipal Albano de Oliveira Braga** que, no uso dela, apresentou um requerimento à Mesa, que disse ter-lhe sido feito chegar por um grupo de Deputados, e que passou a ler: “Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Vale de Cambra, Venho muito respeitosamente através do presente requerimento solicitar a Vossa Excelência, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que a sessão em cujo período de antes da ordem do dia o signatário usou da palavra seja de imediato suspensa até que estejam reunidas todas as condições necessárias á livre participação dos Membros. O puro impedimento circunstancial decorrente do estado de calamidade pública sanitária inerente à pandemia covid-19, não têm condições de abandonar os seus domicílios, seguindo as recomendações da Direção Geral de Saúde e preconizadas pela autoridade de saúde e pelo próprio governo de Portugal. Importa sublinhar que relevam para a razoabilidade do pretendido no presente requerimento os seguintes factos:-----

- A sessão da Assembleia Municipal foi convocada para o dia 15 de maio e de acordo com a convocatória foi dada a possibilidade de os Vereadores e Membros da Assembleia poderem fazer por videoconferência;-----

A Assembleia foi suspensa ainda no período de antes da ordem do dia por razões técnicas e falhas de comunicação entre os elementos fisicamente presentes e os elementos que se encontravam em videoconferência. -----

Como é do conhecimento de Vossa Excelência, os elementos do PSD que solicitaram videoconferência foram os seguintes: -----

- António Augusto de Almeida, Adriana Rodrigues e Alexandre Pinho da Cruz. -----

A continuidade da Assembleia foi reagendada para hoje, dia vinte e dois de maio,

pelas vinte horas, não constando da convocatória do reagendamento a possibilidade dos elementos do PSD referidos poderem participar por videoconferência, pese embora os factos de os mesmos terem manifestado novamente a necessidade de participar por essa via em resultado do estado de calamidade que vivemos, pela pandemia covid-19.-----

Na reunião de quinze de maio deliberou-se aprovar a ata da Assembleia anterior sem a presença e o voto de todos os Membros presentes na referida reunião, por impossibilidades técnicas, bem como se iniciou o período de antes da ordem do dia sem que todos pudessem participar em igualdade de circunstâncias, de harmonia com as múltiplas disposições constitucionais e legais aplicáveis. Perante estes substantivos factos, inequivocamente comprováveis e públicos, deverá, como determina a lei, a reunião iniciar-se desde o princípio, dado que quaisquer votações de deliberações só podem ser consideradas nulas e eivadas de diversas irregularidades, formalmente ilegais, além de deploráveis do ponto de vista democrático. É dever do Presidente da Assembleia garantir a possibilidade de participação na reunião de continuação de hoje, assegurando a todos os Membros do Órgão a que preside a possibilidade de participarem em igualdade de direitos políticos e cívicos, no mais absoluto respeito pela sua liberdade, e demonstrando desse modo o seu justo entendimento dos valores plurais que caracterizam a democracia.-----

Não tendo assegurado os direitos dos três Membros do PSD que solicitaram a possibilidade de participar nesta sessão através de videoconferência, criando uma situação inaceitável de desigualdade de oportunidades, de expressão do seu livre pensamento, pondo em crise os seus direitos políticos, serve o presente para requerer à Mesa da Assembleia, na pessoa do Excelentíssimo Senhor Presidente, que esta sessão seja de imediato suspensa, para que sejam criadas as condições para que tal suceda, pela normalidade legal e democrática imprescindíveis.-----

Se a sessão se realizar, desrespeitando os valores essenciais da democracia e da própria lei, serei forçado a impugnar nas instâncias próprias, por todos os meios legais ao meu alcance a sua concretização, e requerer, nesses fóruns, a nulidade de todos os atos.-----

Aguardo deferimento ao requerido.-----

O Deputado Municipal em representação da bancada do PSD, -----

António Augusto Pinho Soares de Almeida” -----

Após a leitura do requerimento mencionado, o Senhor Deputado Municipal Albano de Oliveira Braga, continuando no uso da palavra, afirmou que, estando embora inscrito para fazer uma intervenção, por força das circunstâncias da continuação da Assembleia do dia 15 faria uma intervenção, que seria no fundo uma declaração de voto. Explicitando que o seu sentido de voto, que se prende com toda a ordem de trabalhos, prende-se com o facto de considerar que não estão reunidas as condições de legalidade desta Assembleia para que a mesma continue e se delibere qualquer ponto da mesma, pelo que vai a mesma desde já com a pretensão de impugnação que, em último recurso caso a mesma se mantenha, será por via judicial. -----

No decurso desta intervenção deu entrada na sala o Vereador Nelson Martins, quando eram vinte horas e doze minutos.-----

Pelas vinte horas e quinze minutos **deram entrada na sala os Senhores Deputados Municipais Sérgio Miguel Santos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de S. Pedro de Castelões e Sara Campos Bastos.**-----

Respondendo à interpelação do Senhor Deputado Municipal Albano de Oliveira Braga, **o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva**, reiterou estarem reunidas todas as condições de legalidade que possibilitam a realização da sessão, segundo os juristas consultados, além de que estão cumpridas, por excesso, todas as condições de segurança recomendadas



pelas autoridades de saúde, pelo que nenhuma razão existe para a preconizada suspensão da reunião. Recordou que a Mesa tentou realizar a sessão por videoconferência e que tal não se revelou viável, como ficou bem evidente, por manifesta falta de condições técnicas para o efeito, quer por parte da Assembleia Municipal quer por parte de alguns dos equipamentos ou da capacidade de manuseamento de alguns dos elementos cuja participação se procurava assegurar a partir de casa. Nesse contexto, acrescentou, aquilo que fizemos foi consultar as autoridades de saúde e dar cumprimento na íntegra às regras e procedimentos que nos foram indicados, e que estão a ser cumpridos, quer em termos de afastamento quer em termos de desinfeção. Assim, e sem pôr em crise o direito de reclamação ou de impugnação que assiste a quem quer que seja Membro da Assembleia Municipal, informou que a pretensão era indeferida e ia ser dada continuidade à sessão. -----

**Concedeu de seguida a palavra ao Senhor Deputado Municipal José do Nascimento Peres** que, no uso da mesma, referiu um “aviso” que recebeu no Facebook e discorreu acerca da posição de independente nas listas partidárias, afirmando que, nas últimas autárquicas os Cambrenses votaram nos candidatos do CDS-PP, lista pela qual foi eleito, reiterando hoje o compromisso que então fez. -----

“Não é meu hábito intervir no período de antes da ordem do dia. Resolvi fazê-lo hoje e antes que alguém perca tempo a montar cenários ou tente saber quem é o pai da criança, afianço-vos que a forma e o conteúdo deste arrazoado são meus, não foram submetidos a censura prévia nem têm o consentimento ou a bênção, que não pedi, de quem quer que seja.-----

Farei os possíveis por ser cauteloso, apontarei pecados e não pecadores, cingir-me-ei ao essencial e evidente, de modo a que ninguém se sinta ofendido e ameace recorrer à justiça em que acredito, que, com muita honra, já servi em

tempos mas que prefiro não desafiar. Quero que a minha intervenção seja mais um solilóquio em alta voz, abstrata e impessoal, que sirva exclusivamente para expressar a minha opinião, para desfazer equívocos, para me demarcar de comportamentos e tomadas de posição que respeito, mas que não entendo. Se o conseguir, ótimo, se não, paciência. Como independente que sou, sempre fui e continuarei a ser, garanto-vos também que não confundo independência política, com indisciplina ou com dissidência partidária. Posto isto:-----

Nas últimas eleições autárquicas, os cambrenses votaram, sem margem para dúvida, no programa de governo e nos candidatos que o CDS propôs. Não votaram em nomes, não votaram em personalidades, não votaram em independentes, não votaram em militantes ou simpatizantes desta ou daquela família política. Votaram, sim, por esmagadora maioria, repito, nos cidadãos que lhes garantiram que tudo fariam para defender e apoiar um projeto de governação que eles, eleitores, preferiram e sufragaram nas urnas. Depois de reeleito, tomei posse, dei a minha palavra de honra e voltei a prometer-lhes que desempenharia com lealdade as funções que me tinham confiado. Reitero, aqui e agora, a promessa que lhes fiz e garanto que, se um dia, por qualquer razão, a não puder ou quiser honrar, lhes pedirei desculpa, renunciarei ao mandato e porei o meu lugar à disposição. Se assim não fizer, não ficarei em paz comigo e jamais me perdoarei ter enganado quem em mim confiou, prometendo uma coisa e fazendo outra. Também em circunstância alguma ocuparia lugar nesta assembleia se, para o conseguir, tivesse de trair amigos ou enganar os eleitores. Este é o meu modo de estar na vida, esta é a forma séria e honesta, na MINHA opinião, de interpretar e honrar o voto dos eleitores.-----

Mudando de registo, não comento diatribes e chorrilhos disseminados nas redes sociais, tanto mais que detesto quem delas se vale para enxovalhar e pôr-se em bicos de pés, quem se julga importante sem ter importância nenhuma, quem

prima pela má educação, quem mais não faz que denegrir tudo e todos, quem de tudo sabe e nada entende, quem muito fala e pouco acerta.-----

Dirijo-me, por último, ao senhor Presidente da Câmara. E começo por dizer-lhe que não ouvirá de mim encómios ou palavras de agradecimento pelo empenho e competência postos no exercício das suas funções, por entender que elas resultam de um desafio que voluntariamente aceitou e da vontade dos que lhas confiaram e que, por isso mesmo, lhe cabe exercê-las com dedicação e competência, como, de resto, sempre fez ao longo dos muitos anos que tem de entrega à causa pública, sem outra compensação que não seja o conforto e a noção do dever cumprido. Ele também sabe disso, penso eu, e de tão habituado que está a ser acusado e culpado de tudo e de nada, de omitir informações, de se aproveitar das redes sociais, de reagir mal às críticas, sejam elas justas ou injustas, de fazer intervenções *miseráveis*, de falta de transparência, de enganar os cambrenses, e por aí fora, de outra coisa não estará à espera, certamente.-----

Pois bem, com esta interpelação, pretendo referir-me ao facto de a oposição PS/PSD, e mais estranhamente um ex colaborador seu, eleito deputado nas listas do CDS, o terem escolhido como alvo privilegiado das suas críticas e invetivas desabonatórias, por entenderem, talvez, que é o principal obstáculo às suas aspirações políticas e eleitorais. Daí as questiúnculas, os não casos, a tentativa desesperada de o apoucarem, de lhe ofuscarem a imagem de homem simples e humilde de que justamente goza junto dos amigos e eleitores. Por isso mesmo o assinalo, por isso mesmo lhe quero dizer, força, presidente! Ninguém é perfeito. Vai ter momentos bons e outros menos bons, vai acertar muitas vezes e errar outras, vai continuar a ser criticado, com razão ou sem ela.-----

Uma coisa lhe peço, no entanto. Tenha sempre em conta que quem desdenha quer comprar e que, como refere o francês Jules Clarétien, que cito de memória, *todo o homem que dirige, que faz alguma coisa, tem contra ele os que queriam*

*fazer o mesmo, os que fazem precisamente o contrário, e, sobretudo, aqueles que nada fazem.*”-----

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, tendo-lhe sido concedida a palavra, informou que o terreno ao lado da GNR é, de fato, da Câmara Municipal. Como não está a ser utilizado e houve um pedido de um particular para colocar lá cabras, para controlo da vegetação, foi estabelecido um acordo temporário para esse efeito. O terreno tem uma cerca eletrificada, respeitando a legislação aplicável.-----

Quanto ao terreno em Vila Chã esclareceu não é relevante se o prazo de cinquenta anos ou de cinquenta anos mais um, não sendo essa uma questão importante.-----

Informou ainda que a Câmara Municipal tem andado a fazer a manutenção e recuperação das placas existentes na Serra e que vai fazer a reversão do terreno do hotel.-----

Agradeceu as palavras do Senhor Deputado Municipal José do Nascimento Peres, dizendo que “com defeitos e virtudes, mais defeitos do que virtudes, age sempre a pensar nas pessoas.” -----

Respondendo às questões colocadas pela Senhora Deputada Municipal Adriana Helena da Silva Rodrigues, disse que utiliza pouco o Facebook mas que, nesta altura da pandemia era a melhor forma de comunicar com os Munícipes e divulgar os dados facultados pelas autoridades de saúde.-----

**Deu entrada na reunião a Senhora Vereadora Daniela Sofia Paiva da Silva**, quando eram vinte horas e trinta e cinco minutos.-----

**Continuando a sua intervenção, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, disse convicto de que, com isso, estar a prestar um bom serviço. Acrescentou que a Câmara Municipal fez tudo para ajudar as pessoas e as Instituições, informando, a título exemplificativo, que

ontem tinham sido entregues quatro ventiladores ao Hospital S. Sebastião, através da Associação de Municípios Terras de Santa Maria. Finalizou garantindo que a autarquia fizera tudo quanto sabia para lutar contra o vírus covid-19, realçando que as Instituições foram exemplares e recordando que Vale de Cambra teve cento e sessenta e um infetados, dos quais presentemente apenas vinte e seis estão sob vigilância e que é o sexto dia consecutivo sem casos positivos.-----

**Tendo-lhe sido concedida a palavra, o Senhor Vereador José Alexandre Coutinho Bastos de Pinho** explicou que a Câmara Municipal está a intervir na questão dos resíduos no lote na zona industrial, tendo já identificado o proprietário que, porém, não é o possuidor e, por isso, afirma nenhuma responsabilidade ter acerca da questão dos resíduos-----

**O Senhor Deputado Municipal Albano de Oliveira Braga**, por sua vez, pediu a palavra para dizer que, pese embora o Senhor Presidente da Câmara Municipal ter afirmado não ter trazido a informação acerca das questões que lhe colocara na reunião do dia 15, não ia fazer intervenção alguma, exercer o contraditório ou responder ao que quer que fosse, atendendo ao teor da intervenção que proferira no início da reunião.-----

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva**, deu então conhecimento de um ofício do Senhor Presidente da Câmara Municipal a solicitar o agendamento de um ponto ao abrigo do disposto no nº 2 do artigo 50º do RJAL. Informou tratar-se de uma proposta de apoio às freguesias do concelho consubstanciado na oferta de equipamento de proteção individual pelo que, a ser aprovado o agendamento, o mesmo inserir-se-á no ponto quinze da Ordem de Trabalhos, que passa a ter duas alíneas, das quais o agora agendado designado como alínea b).-----

Posto à votação, foi o agendamento aprovado por maioria dos vinte e três

Membros presentes, com vinte e dois votos a favor, um voto contra e zero abstenções.-----

**O Senhor Deputado Municipal Albano de Oliveira Braga** pediu a palavra para proferir uma declaração de voto e, no uso dela, disse que *“O meu sentido de voto prende-se com o facto de considerar que não estão reunidas as condições de legalidade desta Assembleia para que a mesma continue e se delibere qualquer ponto da mesma, pelo que vai a mesma desde já com a pretensão de impugnação, que em último recurso, caso a mesma se mantenha, será por via judicial.”*-----

**- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**-----

**1. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ATIVIDADE DESTA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO:** A Assembleia Municipal tomou conhecimento das informações escritas do Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade do Município e da situação financeira deste, no período de 11 de novembro de 2019 e 31 de janeiro de 2020, e no período de 1 de fevereiro e 30 de abril, datadas respetivamente de dez de fevereiro e de 11 de maio, ambas de 2020.-----

**2. ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA - ANO 2020 – Deliberação da Câmara Municipal de 11 de fevereiro de 2020:** O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que este assunto era retirado da Ordem de Trabalhos por se encontrar prejudicado por um dos pontos subsequentes.-----

**3. AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE ADENDA AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS – AUTORIDADE DE TRANSPORTES, ENTRE A AMP E O MUNICÍPIO E RESPETIVO COMPROMISSO PLURIANUAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA K, DO**

**N.º 1, DO ARTIGO 25.º DO ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E ALÍNEA C), DO N.º 1, DO ART.º 6.º DA LEI N.º 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO – deliberação da Câmara Municipal de 19 de novembro de 2019:** Para apresentação do assunto o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva** que explicou tratar-se de uma adenda ao contrato inicial que tem a ver com o compromisso plurianual.-----

Não se tendo registado nenhum pedido de palavra, passou-se de imediato à votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria de 22 votos a favor e um voto contra, do Senhor Deputado Municipal Albano Oliveira Braga, autorizar a celebração da Adenda ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências – Autoridade de Transportes, entre a AMP e o Município e respetivo compromisso plurianual, nos termos da alínea k, do n.º 1, do artigo 25.º do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro e alínea c), do n.º 1, do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 19 de novembro de 2019, bem como da alteração Orçamental modificativa aprovada pela Câmara Municipal a 11 de fevereiro de 2020.-----

**Declaração de voto do Senhor Deputado Municipal Albano de Oliveira Braga:** *“O meu sentido de voto prende-se com o facto de considerar que não estão reunidas as condições de legalidade desta Assembleia para que a mesma continue e se delibere qualquer ponto da mesma, pelo que vai a mesma desde já com a pretensão de impugnação, que em último recurso, caso a mesma se mantenha, será por via judicial.”*-----

**4. DELIBERAÇÃO A CONCEDER ACORDO EXPRESSO PARA EFEITOS DA ALÍNEA B) DO N.º 1, DO ARTIGO 54.º DA LEI 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, QUANTO AO CRITÉRIO DE IMPUTAÇÃO DA DÍVIDA ORÇAMENTAL DA AMP A CADA MUNICÍPIO ASSOCIADO, DELIBERADO PELO CONSELHO**

**METROPOLITANO EM 25 DE OUTUBRO DE 2019 - deliberação da Câmara Municipal de 19 de novembro de 2019:** Tendo este assunto sido apresentado em conjunto com o ponto anterior, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o assunto à votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria de 22 votos a favor e um voto contra, do Senhor Deputado Municipal Albano Oliveira Braga conceder acordo expresso, para efeitos da alínea b) do n.º 1, do artigo 54.º da lei 73/2013, de 3 de setembro, quanto ao critério de imputação da dívida orçamental da AMP a cada município associado, deliberado pelo Conselho Metropolitano em 25 de outubro de 2019, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 19 de novembro de 2019, bem como da alteração Orçamental modificativa aprovada pela Câmara Municipal a 11 de fevereiro de 2020.-----

**Declaração de voto do Senhor Deputado Municipal Albano de Oliveira Braga:** *“O meu sentido de voto prende-se com o facto de considerar que não estão reunidas as condições de legalidade desta Assembleia para que a mesma continue e se delibere qualquer ponto da mesma, pelo que vai a mesma desde já com a pretensão de impugnação, que em último recurso, caso a mesma se mantenha, será por via judicial.”* -----

**5. APROVAÇÃO DOS PROTOCOLOS DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR COM AS JUNTAS DE FREGUESIA DE MACIEIRA DE CÂMARA E DE RÔGE, COM VISTA À COBRANÇA DE FATURAS REFERENTES ÀS REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE SANEAMENTO E RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS - deliberação da Câmara Municipal de 3 dezembro de 2019:** O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que, por sua vez, a endossou ao **Senhor Vereador José Alexandre Coutinho Bastos de Pinho**, que explicou que o propósito da Câmara Municipal é o de estender às freguesias de Macieira de



Cambra e de Rôge o que já acontece nas freguesias de S. Pedro de Castelões e na União de Freguesias de Vila Chã, Codal e Vila Cova de Perrinho, permitindo que as pessoas passem a poder pagar as faturas da água nos serviços da Juntas de Freguesia em causa, o que se justifica, além do mais, pelo alargamento substancial da rede de abastecimento de água e consequente aumento do número de consumidores nessas freguesias. -----

Não se registando nenhum pedido de palavra, passou-se à votação do assunto, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria de vinte e dois votos a favor e um voto contra, do Senhor Deputado Municipal Albano Oliveira Braga, autorizar a Câmara Municipal a celebrar Protocolo de Colaboração com as Juntas de Freguesia de Macieira de Cambra e de Rôge, com vista à cobrança pelos serviços administrativos das respetivas Juntas de Freguesia das quantias devidas pelos Munícipes pelo serviço que lhes é prestado pela Câmara Municipal no âmbito do abastecimento de água, saneamento e gestão de resíduos sólidos urbanos, aprovando ao mesmo tempo as minutas dos protocolos.-----

**Declaração de voto do Senhor Deputado Municipal Albano de Oliveira Braga:** *“O meu sentido de voto prende-se com o facto de considerar que não estão reunidas as condições de legalidade desta Assembleia para que a mesma continue e se delibere qualquer ponto da mesma, pelo que vai a mesma desde já com a pretensão de impugnação, que em último recurso, caso a mesma se mantenha, será por via judicial.”*-----

**6. APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DO SERVIÇO DE GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS NO MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA – deliberação da Câmara Municipal de 28 de janeiro de 2020:** A apresentação deste assunto foi feita pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva a quem foi dada a palavra, que no uso dela evidenciou a necessidade de critérios, regras e procedimentos adequados,

designadamente de índole ambiental. **Passou de seguida a palavra ao Senhor Vereador José Alexandre Coutinho Bastos de Pinho**, por ser pelouro da sua responsabilidade e área da sua atividade profissional, tendo este explicado o historial do Regulamento e dado conta que o documento é essencial para dissipar dúvidas e definir os direitos e obrigações quer da Câmara Municipal, enquanto entidade gestora, quer dos Munícipes. Acrescentou ainda tratar-se de uma ferramenta essencial para que a Câmara Municipal possa agir de modo mais expedito ante eventuais prevaricadores.-----

Não se registando qualquer pedido de intervenção, passou-se de imediato à votação. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte e dois votos a favor e um voto contra, do Senhor Deputado Municipal Albano Oliveira Braga, aprovar o Regulamento do Serviço de Resíduos Urbanos no Município de Vale de Cambra, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 28 de janeiro de 2020.-----

O mesmo fica arquivado na pasta “Regulamentos Aprovados”.-----

**Declaração de voto do Senhor Deputado Municipal Albano de Oliveira Braga:** *“O meu sentido de voto prende-se com o facto de considerar que não estão reunidas as condições de legalidade desta Assembleia para que a mesma continue e se delibere qualquer ponto da mesma, pelo que vai a mesma desde já com a pretensão de impugnação, que em último recurso, caso a mesma se mantenha, será por via judicial.”* -----

**7. ALTERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2020 – deliberação de 12 de fevereiro de 2020:** O Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu este ponto da Ordem de Trabalhos e, de seguida, **concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Soares Pinheiro e Silva** tendo este começado por lamentar a ausência da Senhora Vereadora com o pelouro dos recursos humanos, por ser quem tem acompanhado o assunto. Para

além disso, esclareceu ter o assunto a ver com um pedido de mobilidade e, no mais, estar devidamente explicitado na documentação distribuída. Trata-se, no fundo, da transferência de lugar de uma divisão para outra, da DPAGU para a DSUOM, sem aumento de despesa. -----

Não se registou nenhum pedido de palavra.-----

Tendo a proposta sido posta à votação, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria de 22 votos a favor e um voto contra, do Senhor Deputado Municipal Albano Oliveira Braga, aprovar a alteração do Mapa de Pessoal para o ano de 2020, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 12.02.2020.-----

**Declaração de voto do Senhor Deputado Municipal Albano de Oliveira**

**Braga:** *“O meu sentido de voto prende-se com o facto de considerar que não estão reunidas as condições de legalidade desta Assembleia para que a mesma continue e se delibere qualquer ponto da mesma, pelo que vai a mesma desde já com a pretensão de impugnação, que em último recurso, caso a mesma se mantenha, será por via judicial.”* -----

**8. REVISÃO DO PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS, PARA CONHECIMENTO – deliberação da Câmara Municipal de 24 de março de 2020: O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva** a quem, para o efeito foi dada a palavra, esclareceu que este documento foi amplamente debatido na Câmara Municipal e decorre da legislação. -----

Não foi apresentado nenhum pedido de palavra. -----

Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----

**9. PROPOSTA DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 1, DO ARTIGO 6.º DO REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS DO MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA (APROVAÇÃO E**

**RATIFICAÇÃO) | FEIRA DAS VELHARIAS E FEIRA QUINZENAL, MERCADO MUNICIPAL, ESPAÇOS CONCESSIONADOS, ESPLANADAS DE ESTABELECIMENTOS DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS, OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E PUBLICIDADE - deliberação da Câmara Municipal de 24 de março de 2020: O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, após introduzir a proposta, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que apresentou a proposta subscrita pelos Senhor Chefe de Divisão da DAF. Afirmou ainda que, no âmbito da pandemia e surgimento do surto de covid-19, e atendendo a que as pessoas foram obrigadas ao confinamento e os comerciantes se viram privados de grande parte dos seus rendimentos, o propósito da autarquia é o de ajudar tais Municípios, isentando-os de taxas durante seis meses, a partir do dia um de abril.-----**

Indagando acerca de pedidos de palavra pelos Senhores Membros da Assembleia Municipal e Presidentes de Juntas de Freguesia, nenhuma se registou.-----

Em razão disso, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o assunto à votação desta, que deliberou, por maioria de 22 votos a favor e um voto contra, do Senhor Deputado Municipal Albano Oliveira Braga, aprovar a isenção de pagamento de taxas nos termos da proposta da Câmara Municipal de 24.03.2020, bem como ratificar todo o processado até à presente data.-----

**Declaração de voto do Senhor Deputado Municipal Albano de Oliveira Braga:** *“O meu sentido de voto prende-se com o facto de considerar que não estão reunidas as condições de legalidade desta Assembleia para que a mesma continue e se delibere qualquer ponto da mesma, pelo que vai a mesma desde já com a pretensão de impugnação, que em último recurso, caso a mesma se mantenha, será por via judicial.” -----*

**10. PROPOSTA DE SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DO ESTACIONAMENTO EM ZONA DE UTILIZAÇÃO DE DURAÇÃO LIMITADA, PREVISTO NO ARTIGO**

**33.º DO REGULAMENTO PARA ESTACIONAMENTO EM PARQUE SUBTERRÂNEO E ESTACIONAMENTO À SUPERFÍCIE E DURAÇÃO LIMITADA (APROVAÇÃO E RATIFICAÇÃO) - deliberação da Câmara Municipal de 24 de março de 2020:** A fim de apresentar a proposta, foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, **José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, que, no uso da mesma, deu conta que, no âmbito das medidas decorrentes da contingência do covid-19, foi decidido suster o pagamento de tudo o que fossem equipamentos de contacto múltiplo, como os parcometros. Tendo a decisão sido tomada na defesa do interesse público e da saúde pública, pede-se agora à Assembleia que aprove e ratifique tal decisão, dado tratar-se de matéria cuja competência lhe cabe.-----

**Aberto o debate, foi concedida a palavra ao Senhor Deputado Municipal Henrique da Silva Dias** que, após felicitar a Câmara Municipal pela isenção das taxas e suspensão dos parcometros, indagou a razão de serem seis meses e não até final do ano civil. Questionou ainda se os cafés e restaurantes com esplanada terão direito a mais área, nos casos em que tal seja fisicamente possível e atendendo a que as regras de distanciamento obrigam à ocupação de mais espaço.-----

**A fim de responder às questões suscitadas, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, que afirmou que essa suspensão de seis meses foi considerada um prazo razoável, atendendo, além do mais, a que o encerramento durou cerca de dois meses. Informou ainda que não foi tomada nenhuma decisão relativamente às esplanadas mas, independentemente disso, disse entender que, à semelhança de outras Câmaras Municipais, também a Câmara de Vale de Cambra deve permitir o alargamento

dos espaços concedidos para a instalação de esplanadas, nos casos em que tal possibilidade se verifique.-----

Não se registando mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta à votação tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria de vinte e dois votos a favor e um voto contra, do Senhor Deputado Municipal Albano Oliveira Braga, aprovar a suspensão do pagamento do estacionamento em zona de utilização de duração limitada, previsto no artigo 33.º do “Regulamento para estacionamento em parque subterrâneo e estacionamento à superfície e duração limitada”, de acordo com a proposta da Câmara Municipal de 24.03.2020, bem como ratificar todo o processado até à presente data-----

**Declaração de voto do Senhor Deputado Municipal Albano de Oliveira**

**Braga:** *“O meu sentido de voto prende-se com o facto de considerar que não estão reunidas as condições de legalidade desta Assembleia para que a mesma continue e se delibere qualquer ponto da mesma, pelo que vai a mesma desde já com a pretensão de impugnação, que em último recurso, caso a mesma se mantenha, será por via judicial.”*-----

**11. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2019 – deliberação da Câmara Municipal de**

**21 de abril de 2020:** A fim de apresentar o assunto o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva que, por sua vez, solicitou ao Senhor Vice-Presidente, António Alberto Almeida de Matos Gomes, a apresentação do ponto. Não sem antes realçar o facto de não se poder acusar a Câmara Municipal de não ter contas certas, tanto mais quanto as faturas estão a ser pagas a seis dias, assim se gerando confiança junto dos fornecedores, o que é benéfico para todos.-----

**O Senhor Vice Presidente da Câmara Municipal, António Alberto Matos Gomes,** proferiu a seguinte intervenção: “Hoje apresentam-se o Relatório e

Contas, efetuando-se assim uma análise ao desempenho do Município de Vale de Cambra no ano de 2019, mais em concreto no que concerne à sua gestão, levando-se em consideração primordialmente aspetos contabilísticos, económicos e financeiros. -----

Importa desde logo referir que a dívida do Município de Vale de Cambra, juntamente com o valor que diz respeito às entidades participadas era, em 31 de dezembro de 2019, de 10.813.588,28 euros, valor inferior em 971.258,24 euros ao de final de 2018. É pertinente notar que daqueles 10,8 milhões de euros, 9,9 milhões correspondem a dívidas de longo prazo.-----

Congratulo-me com o facto de que, face ao imite legal da dívida que corresponde a 150% da média da receita dos últimos 3 anos, o Município de Vale de Cambra tenha terminado o ano de 2019 com uma margem superior a 9,2 milhões de euros. -----

Factos que derivam de uma gestão financeira notável são também a inexistência de pagamentos em atraso e um prazo médio de pagamentos de apenas 7 dias. ---

Relativamente ao Orçamento e sua execução, o montante da receita total cobrada foi de 23.611.455,98euros. Tal significou uma taxa de execução de 87,5% face às previsões corrigidas com inclusão do saldo da gerência anterior. Além de constituir uma execução orçamental muito boa, esta elevada percentagem também significa o cumprimento da legislação em vigor que estabelece uma execução mínima da receita em 85%. -----

Devo salientar ainda o resultado aritmético da diferença dos saldos dos movimentos ocorridos entre recebimentos e pagamentos, pois verifica-se que o saldo orçamental a transitar para o exercício económico de 2019 se fixou em 5.739.343,20 euros.-----

Esse valor deverá ser inserido no orçamento do exercício contabilístico de 2020, por intermédio de uma alteração orçamental modificativa a este orçamento, o que

constitui um ponto seguinte nesta reunião, com a novidade legislativa deste ano que consiste na possibilidade de integrar esse saldo de forma imediata após aprovação pelo órgão executivo, não descurando a ratificação pela Assembleia Municipal.-----

Outro ponto que também consta na ordem de trabalhos da reunião de hoje e que também está relacionado com a prestação de contas, é a Proposta de Aplicação do Resultado Líquido do Exercício. Este resultado atingiu um valor positivo de 2.653.262,92euros. Com base naquilo que a legislação em vigor tem previsto sobre este assunto, o valor do Resultado Líquido do Exercício é transferido para o exercício seguinte, para a conta Resultados Transitados (conta 59). Caso o saldo dessa conta seja positivo, o seu valor pode ser repartido para reforço do património e para constituição ou reforço de reservas. Assim, tendo presente o valor do resultado líquido e considerando que o valor do património já atingiu o limite mínimo de 20% do Ativo Líquido, propõe-se a seguinte distribuição de resultados: -----

- Reservas Legais no montante de 132.663,15€. -----

- Resultados Transitados no montante de 2.520.599,77€. -----

Assim, e tendo presente tudo o que já referi e considerando todas as evidências constantes nos documentos que constituem a prestação de contas de 2019 e o rigor e a transparência que foram empregues na elaboração desses documentos, é por demais evidente que a estabilidade financeira que alcançamos e reforçamos no passado sai ainda mais consolidada. -----

A execução de obras com candidaturas aprovadas tem vindo a dotar Vale de Cambra também com equipamentos e infraestruturas mais atuais e adequadas, que com certeza servirão de alicerce a voos ainda maiores no sentido da melhoria da qualidade de vida dos Valecambrenses e do desenvolvimento municipal. -----



Mas não tenho ilusões. Antes, tenho consciência da amplitude dos desafios que o surto vírico trouxe, traz e trará, o que obriga a uma atuação diferente da Câmara Municipal. Mas tal não impede que procuremos sempre uma gestão cada vez mais dinâmica e tendo como meta principal o desenvolvimento do município de Vale de Cambra, a melhoria das condições de vida da sua população, o desenvolvimento da sua indústria e a valorização do seu património natural.” -----

Informou, a final, estar presente no auditório o Dr. Rui Valente, a fim de poder esclarecer questões mais técnicas que, porventura, venham a ser colocadas. -----

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, abriu então o debate do ponto em análise e, nesse âmbito, concedeu a palavra ao Senhor Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida,** que começou por evidenciar o facto de estarmos na freguesia de Macieira de Cambra e, por isso, a saudação aos presentes é dada através do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Cambra. Enalteceu ainda o profissionalismo da “Palmo”, que nos acompanha e apoia no decurso dos trabalhos. -----

Num momento que disse ser de dificuldade e de crise severa, os governos têm de estar preparados para tal realidade, sendo nesse contexto que vamos apreciar e decidir as contas de 2019 que agora nos são apresentadas.-----

É este o momento para sabermos como é que a Câmara Municipal de Vale de Cambra se preparou para uma situação de anormalidade como é aquela que, infelizmente, vivemos. -----

E a análise que disse fazer é francamente positiva, o que é tanto mais relevante quanto esta crise se irá perpetuar por mais algum tempo.-----

Relativamente a pagamentos a fornecedores, Vale de Cambra está no pódio da Área Metropolitana com pagamentos a seis dias. É o mínimo histórico que Vale de Cambra alguma vez teve, pelo menos nos tempos da democracia, e já lá vão

quarenta e tal anos. É um número que dá confiança aos seus fornecedores e ajuda a economia local.-----

Ainda no uso da palavra, o Senhor Deputado Municipal José António Soares de Almeida discorreu acerca das várias rúbricas das contas e, de entre elas, acerca do endividamento, empréstimos remunerados da banca, dívida a fornecedores, outros credores, passivo exigível e disponibilidades. Relevando o fato das contas apresentarem, nesses aspetos, bons resultados e, ainda, o fato de tal ocorrer num contexto de diminuição dos impostos locais (IMI, derrama e participação em IRS).-  
Centrando-se no crescimento da economia e das condições de vida da população do concelho, evidenciou que o IMT subiu, de 2018 para 2019, 25%, e o IUC subiu 6%, o que tem implícito um aumento de riqueza e de bem-estar.-----

Finalizando, o Senhor Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida, referiu que, num momento em que a saúde das pessoas é tão importante, é igualmente importante apresentar contas certas e saudáveis e, nessa medida, saudou o executivo municipal pelas contas apresentadas.-----

Não se registando mais pedidos de palavra, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto à votação, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria de 20 votos a favor, duas abstenções, dos Senhores Deputados Municipais Albino Luís Soares Almeida e Ana Maria Silva, e um voto contra, do Senhor Deputado Municipal Albano Oliveira Braga, aprovar os Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2019.-----

**Declaração de voto do Senhor Deputado Municipal Albano de Oliveira Braga:** *“O meu sentido de voto prende-se com o facto de considerar que não estão reunidas as condições de legalidade desta Assembleia para que a mesma continue e se delibere qualquer ponto da mesma, pelo que vai a mesma desde já com a pretensão de impugnação, que em último recurso, caso a mesma se mantenha, será por via judicial.”*-----

Após a proclamação dos resultados, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que, tratando-se embora de uma reunião sem a presença de público, dera entrada na sala uma pessoa a quem, por isso, pedia para se retirar. Ante a recusa do cidadão de abandonar o local, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal suspendeu os trabalhos por dez minutos.-----

A reunião foi retomada passados dez minutos e, concretamente, quando eram vinte e duas horas, já sem a presença do Munícipe em causa, que no entretanto abandonou voluntariamente o local. -----

**12. REVISÃO ORÇAMENTAL (APROVAÇÃO E RATIFICAÇÃO) - deliberação da Câmara Municipal de 21 de abril de 2020:** Retomados os trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal introduziu o ponto seguinte e, de imediato, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal a fim de prestar os esclarecimentos complementares que considerasse pertinentes. **No uso da palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva,** afirmou tratar-se de uma revisão orçamental por incorporação do saldo de gerência, nos termos da lei, que veio permitir a antecipação da incorporação do saldo de gerência, com a distribuição pelas rubricas constantes da documentação distribuída.-----

**Aberto o debate, foi concedida a palavra ao Senhor Deputado Municipal Albino Luís Soares de Almeida,** tendo este feito uma explanação acerca do que a bancada do PS quer para Vale de Cambra. Não afirmando que o Deputado José Soares está a mentir, constata, porém, que ele só toca num ponto: as coisas boas. Só que há outro lado, que é o lado mau: as pessoas não se fixam em Vale de Cambra, os jovens saem do Concelho, a habitação é cara, em termos de saúde continuamos dependentes dos Concelhos limítrofes. -----

Os resultados positivos não devem fazer esquecer a necessidade de ter um projeto para combater as lacunas que mencionou. -----

**Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, afirmou que o Município não se desenvolve se não tiver contas certas, se não tiver liquidez. Acontece é que, para além disso, o Município reduziu as taxas para incentivar as pessoas a recuperar o edificado e vem realizando um investimento de muitos milhões de euros em Vale de Cambra.- Aproveitou para informar ter a Câmara Municipal conseguido uma reprogramação do pacto no que diz respeito à educação, passando a incluir-se a escola de Vila Chã e aguardando-se apenas um parecer da ANPC para se poder abrir o concurso. Informou ainda, relativamente à Escola das Dairas, que a empresa construtora deu entrada de uma ação judicial contra a Câmara Municipal, tendo sido contratada uma empresa independente para fazer uma peritagem às obras e com o intuito de avaliar as razões de cada uma das partes, esperando-se a conclusão desse trabalho nos próximos dias a fim de que, após isso, a parte jurídica possa dirimir o conflito. Concluiu asseverando a sua preocupação com as crianças e os profissionais que lá exercem a sua atividade.-----

Concluído o debate, foi o assunto posto à votação e, na sequência disso, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte votos a favor e um voto contra, do Senhor Deputado Municipal Albano Oliveira Braga, e duas abstenções, dos Senhores Deputados Municipais Albino Luís Soares de Almeida e Ana Maria Silva, aprovar a primeira revisão ao Orçamento de 2020, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 21 de abril de 2020, bem como ratificar os atos praticados pela Câmara Municipal na sequência da sua aprovação.-----

**Declaração de voto do Senhor Deputado Municipal Albano de Oliveira Braga:** *“O meu sentido de voto prende-se com o facto de considerar que não estão reunidas as condições de legalidade desta Assembleia para que a mesma continue e se delibere qualquer ponto da mesma, pelo que vai a mesma desde já com a pretensão de impugnação, que em último recurso, caso a mesma se*

*mantenha, será por via judicial.”-----*

**13. APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2019 - deliberação da Câmara Municipal de 21 de abril de 2020:** Entrando-se no ponto treze da Ordem de Trabalhos, foi concedida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que prescindiu da mesma uma vez que o assunto fora já por si explicitado anteriormente, bem assim como pela Senhor Vice-Presidente, na intervenção que proferiu. -----

Não se registou nenhum pedido de palavra.-----

Passando à votação, deliberou a Assembleia Municipal, por maioria de vinte votos a favor, um voto contra, do Senhor Deputado Municipal Albano Oliveira Braga, e duas abstenções, dos Senhores Deputados Albino Luís Soares de Almeida e Ana Maria Silva, aplicar o resultado líquido do exercício de 2019, com a seguinte distribuição, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 21 de abril:-----

- Reservas Legais no montante de 132.663,15€ (5% do Resultado Líquido do Exercício); -----

- Resultados Transitados no montante de 2.520.599,77€. -----

**Declaração de voto do Senhor Deputado Municipal Albano de Oliveira Braga:** *“O meu sentido de voto prende-se com o facto de considerar que não estão reunidas as condições de legalidade desta Assembleia para que a mesma continue e se delibere qualquer ponto da mesma, pelo que vai a mesma desde já com a pretensão de impugnação, que em último recurso, caso a mesma se mantenha, será por via judicial.”-----*

**14. SUSPENSÃO DO PAEL (PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL) - deliberação da Câmara Municipal de 21 de abril de 2020:** Tendo introduzido o assunto, e assinalando a presença do Senhor Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, Dr. Rui Valente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, José

**Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, que afirmou não possuir dados complementares aos que constam da informação do Senhor Chefe de Divisão, não deixando de dizer, ainda assim, ser esta uma medida meramente cautelar face às dificuldades de interpretação da lei. -----

**O Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida** afirmou, por sua vez, que esta situação vem corroborar o que afirmara na sua intervenção anterior. Congratulou-se com a forma como as contas vêm evoluindo e com o facto de, graças a isso, podermos hoje estar afastados de todos estes programas, na altura apelidados de “tipo troika”, permitindo-nos hoje ser livres e tomar as decisões que bem entendermos em termos de preços de bens públicos e de impostos municipais. -----

Finalizou afirmando que esta foi uma grande vitória conquistada nos últimos anos e que nos permite ser um concelho livre em termos financeiros. -----

Posta à votação, deliberou a Assembleia Municipal, por maioria de vinte e dois votos a favor e um voto contra, do Senhor Deputado Municipal Albano de Oliveira Braga, suspender a aplicação do Plano Inerente ao PAEL, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 21 de abril de 2020. -----

**Declaração de voto do Senhor Deputado Municipal Albano de Oliveira Braga:** *“O meu sentido de voto prende-se com o facto de considerar que não estão reunidas as condições de legalidade desta Assembleia para que a mesma continue e se delibere qualquer ponto da mesma, pelo que vai a mesma desde já com a pretensão de impugnação, que em último recurso, caso a mesma se mantenha, será por via judicial.”* -----

**15. APOIO ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO | OFERTA DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL PELO MUNICÍPIO - deliberação da Câmara Municipal de 21 de abril de 2020:** O Senhor Presidente da Assembleia Municipal

introduziu este ponto da ordem de trabalhos, de acordo com a deliberação previamente tomada e, assim, **apoio às freguesias do concelho:**-----

**a) Doação de material para combate à pandemia;** -----

**b) Oferta de equipamento de proteção individual.**-----

**O Senhor Presidente da Câmara Municipal, José Alberto Freitas Soares Pinheiro e Silva**, no uso da palavra, afirmou que, aquando do surgimento do surto pandémico do covid-19, muitas Instituições, todas as IPSS's, os Bombeiros, a GNR, os Centros de Saúde, ou as USF's neste caso, a CSP Macieira de Cambra/Arões denotavam falta de equipamentos de proteção. O crescimento do número de contágios agravou essa preocupação. Nesse contexto, a Câmara Municipal teve necessidade de centrar em si esse apoio, que foi concedido a todas as Instituições que necessitaram, bem como a algumas freguesias.-----

Deixou uma palavra de regozijo pelo empenho que todos os autarcas demonstraram, de reconhecimento à Autoridade de Saúde, que teve um papel verdadeiramente difícil e gigantesco, mas que foi incansável, de apreço à GNR e de agradecimento aos Bombeiros, concluindo com a expressão da sua gratidão ao Senhor Comandante Distrital, CODIS, António Ribeiro, inexcedível no apoio e na disponibilidade. -----

**O Deputado Municipal José António Abrantes Soares de Almeida** fez questão de deixar uma palavra de agradecimento, de reconhecimento, às pessoas que estiveram na linha da frente a combater a pandemia do covid-19 no espaço geográfico de Vale de Cambra. Referiu expressamente os profissionais de saúde, as IPSS, os seus dirigentes e colaboradores, os Bombeiros Voluntários, as Forças de Segurança, a Autoridade Local de Saúde, os autarcas, Presidente da Câmara, funcionários da Câmara, Juntas de Freguesia, com especial menção aos seus Presidentes, que tantas vezes colocaram em risco a sua própria saúde e a sua vida. Mencionou de seguida as empresas do concelho, proprietários e

trabalhadores, que continuaram a laborar para que o nosso concelho não fosse abalado em termos sociais e económicos e as famílias não fossem afetadas em termos de rendimentos. Relevou ainda as empresas que reestruturaram a sua produção para produzir equipamento de proteção, máscaras, dispensadores de gel, entre tantos outros, e desse modo também ajudarem neste combate. -----

Não registando mais intervenções nem pedidos de palavra, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o **apoio às Freguesias do Concelho/doação de material para combate à pandemia**, tendo esta deliberado, por maioria de vinte e dois votos a favor e um voto contra do Senhor Deputado Municipal Albano de Oliveira Braga, aprovar a doação de material para combate à pandemia, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 21 de abril bem como ratificar todo o processado até à presente data.-----

**Declaração de voto do Senhor Deputado Municipal Albano de Oliveira**

**Braga:** *“O meu sentido de voto prende-se com o facto de considerar que não estão reunidas as condições de legalidade desta Assembleia para que a mesma continue e se delibere qualquer ponto da mesma, pelo que vai a mesma desde já com a pretensão de impugnação, que em último recurso, caso a mesma se mantenha, será por via judicial.”*-----

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o apoio às freguesias do concelho/oferta de equipamento de proteção individual às Freguesias do Concelho, nos termos da proposta da Câmara Municipal de 5 de maio de 2020, bem como ratificar todo o processado até à presente data, o que foi aprovado por maioria de vinte e dois votos a favor e um voto contra do Senhor Deputado Municipal Albano de Oliveira Braga.-----

**Declaração de voto do Senhor Deputado Municipal Albano de Oliveira**

**Braga:** *“O meu sentido de voto prende-se com o facto de considerar que não estão reunidas as condições de legalidade desta Assembleia para que a mesma*



*continue e se delibere qualquer ponto da mesma, pelo que vai a mesma desde já com a pretensão de impugnação, que em último recurso, caso a mesma se mantenha, será por via judicial.”-----*

Uma vez que, nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 3.º, na Lei 1-A/2020, de 19 de março, que suspendeu o carácter público das sessões, não há lugar ao Período de Intervenção do Público e, assim, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente propôs a aprovação da minuta da ata da sessão. -----

**- APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA SESSÃO:** A Assembleia Municipal deliberou, por maioria de vinte e dois votos a favor e um voto contra, do Senhor Deputado Municipal Albano de Oliveira Braga, elaborar a minuta da ata da sessão. -----

**Declaração de voto do Senhor Deputado Municipal Albano de Oliveira**

**Braga:** *“O meu sentido de voto prende-se com o facto de considerar que não estão reunidas as condições de legalidade desta Assembleia para que a mesma continue e se delibere qualquer ponto da mesma, pelo que vai a mesma desde já com a pretensão de impugnação, que em último recurso, caso a mesma se mantenha, será por via judicial.”-----*

Posta de seguida à votação a minuta da ata, deliberou a Assembleia Municipal, por maioria de 22 votos a favor e um voto contra, do Senhor Deputado Municipal Albano de Oliveira Braga, aprovar a minuta da ata.-----

**Declaração de voto do Senhor Deputado Municipal Albano de Oliveira**

**Braga:** *“O meu sentido de voto prende-se com o facto de considerar que não estão reunidas as condições de legalidade desta Assembleia para que a mesma continue e se delibere qualquer ponto da mesma, pelo que vai a mesma desde já com a pretensão de impugnação, que em último recurso, caso a mesma se mantenha, será por via judicial.”-----*

**Nada mais havendo a tratar**, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Miguel Pinheiro Paiva, agradeceu a presença e colaboração de todos e deu por concluídos os trabalhos, encerrando a reunião quando eram vinte e duas horas e trinta e seis minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada por si e pelos Secretários da Mesa. -----

**O Presidente** \_\_\_\_\_

**O 1º Secretário**

**O 2º Secretário**

This image shows a single sheet of white paper with ten horizontal dashed lines, typical of primary-ruled notebook paper. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There is no handwriting or other markings on the paper.